

Editorial Economia - Brasil

A moratória e o desenvolvimento

Tenho reconhecido, como todo mundo já o fez, que o Brasil não conseguirá pagar os juros de sua dívida externa este ano nem, seguramente, nos próximos dois ou três, técnicos do Fundo Monetário estabelecem agora, sponte sua, a estratégia que o país deverá seguir: acertar o Acordo e, após ele, renegociar com os banqueiros um hiato no programa de pagamentos. A preliminar mencionada está perfeitamente de acordo com a racionalidade do sistema financeiro. A questão que nos cabe suscitar é a da nossa conveniência nacional que não estaria contemplada no quadro do programa apontado pelos novos administradores da política econômica brasileira. Renegociar a dívida, reabrir prazos, obter carência nada significam para o país se não forem essas medidas acompanhadas da revitalização interna. A moldura em que o Acordo com o Fundo nos enquadra é restritiva do desenvolvimento interno, razão pela qual concordamos com quantos vêm apontando a necessidade de se restabelecer as condições internas de desenvolvimento como passo inicial do processo de normalização das contas externas.

Os segmentos governamentais que defendem a manutenção do status quo reagem com imenso preconceito ante a idéia da moratória, a ela atribuindo o poder de bloquear a relação do Brasil com o mundo exterior, causando desse modo prejuízos aos interesses nacionais superiores aos que decorrem da atual situação. De fato seria assim se a premissa fosse verdadeira. Não o é, evidentemen-

te. O sistema bancário internacional não é suicida e seguramente manterá uma relação tão normal quanto possível com o Brasil em defesa dos seus próprios interesses. Retaliações eventualmente capazes de danificar a operação do comércio internacional serão tão danosas para nós quanto para eles. Além disso, os interesses das grandes corporações internacionais que operam no Brasil são poderosos o suficiente para impedirem o isolamento do país. Também elas seriam gravemente afetadas.

A associação da idéia de moratória com a idéia de "calote", como tem sido feita, também, não é apropriada. Calote é a recusa definitiva do pagamento; moratória é o simples adiamento, por decisão unilateral ou negociada. Moratória é concordata, figura tão presente no dia-a-dia atual dos nossos empresários.

A liderança do país precisa conscientizar-se, o quanto antes, do fato de que a moratória se imporá pela própria dinâmica da crise. Chegaremos um dia, não distante, em que o volume de débitos não saldados na data será tão elevado que simplesmente se cruzarão os braços para reconhecer que já não há o que possa ser feito. Nesse momento teremos a moratória no seu pior estilo, a moratória incompetente e, esta sim, devastadora, porque afetará interna e externamente a credibilidade do país. Precisamos negociar agora, partindo da premissa de que o objetivo da moratória é a restauração de níveis satisfatórios de investimento na economia, por parte dos setores público e privado.